



AVANÇO DO CRIME ORGANIZADO NA AMAZÔNIA E EFEITOS PARA A POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL

ADVANCE OF ORGANIZED CRIME IN THE AMAZON AND EFFECTS ON NATIONAL DEFENSE

Pablo Ibañez

Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Coordenador do Centro de Altos Estudos no eixo Estado, Instituições e Políticas Públicas.

Emanuelly Kaustchr Garcia

Graduanda de Relações Internacionais na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Camilla Souza Bento Silva

Graduanda de Relações Internacionais na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e bolsista de iniciação científica (CNPq).

Matheus Bandeira Viana

Graduando em licenciatura em História e bolsista de extensão na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário IBMR.

Tiago da Silva Monteiro

Graduando de Relações Internacionais na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e bolsista de iniciação científica (CNPq).

RESUMO: Este artigo discute o lugar da Amazônia no cenário do narcotráfico pulsante do Norte da América do Sul. Trata de temática relevante, presente no Livro Branco de Defesa Nacional, seja pelo entendimento da Amazônia como preocupação fronteiriça e de recurso, seja pelo fato de o narcotráfico abarcar questões fronteiriças e de defesa da sociedade. A Amazônia passou a ter muita visibilidade nos temas geopolíticos mundiais, sobretudo em relação à sustentabilidade, porém nas últimas décadas tem chamado atenção por estar fortemente inserida nesse contexto. Apesar de sempre ter integrado o circuito logístico da distribuição de drogas, a novidade que vem se desenvolvendo e oferece enormes desafios à Defesa Nacional é a expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital - PCC - na região. O objetivo central desse estudo é analisar a expansão do crime organizado e os desafios que lançam para a defesa nacional. Foi adotada pesquisa qualitativa com revisão de literatura baseada em documentos oficiais, artigos e notícias relevantes. Parece estar claro que a integração entre as forças policiais e o exército é central, mas também o desenvolvimento de dispositivos de inteligência que permitam ações mais efetivas e com menores custos. Atualmente são duas as iniciativas do governo federal que podem auxiliar: o Novo PAC e a Nova Política Industrial. Neste sentido, serão analisadas essas estratégias e serão feitas considerações para as melhorias que possam ser mais efetivas na mitigação dos impactos extremamente nocivos da atuação dessa organização na região.

Palavras-chave: Defesa nacional. Amazônia. PCC. Crime organizado. Narcotráfico.

ABSTRACT: This article discusses the place of the Amazon in the scene of pulsating drug trafficking in the North of South America. It deals with a relevant theme, present in the White Paper on National Defense, whether due to the understanding of the Amazon as a border and resource concern, or due to the fact that drug trafficking encompass border issues and the defense of society. The Amazon has gained a lot of visibility in global geopolitical issues, especially in relation to sustainability, but in recent decades it has attracted attention for being strongly inserted in this context. Despite having always been part of the logistical circuit of drug distribution, the new development that has been developing and offering enormous challenges to National Defense is the expansion and consolidation of the First Capital Command - PCC - in the region. The central objective of this study is to analyze the expansion of organized crime and the challenges it poses to national defense. Qualitative research was adopted with a literature review based on official documents, articles and relevant news. It seems clear that integration between police forces and the army is central, but also the development of intelligence devices that allow for more effective actions at lower costs. There are currently two federal government initiatives that can help: the New PAC and the New Industrial Policy. In this sense, these strategies will be analyzed and considerations will be made for improvements that may be more effective in mitigating the extremely harmful impacts of this organization's operations in the region.

Keywords: National defense. Amazon. PCC. Organized crime. Drug trafficking.

1 Introdução

No presente artigo iremos explorar o avanço do crime organizado na região da Amazônia e os efeitos para a política de defesa nacional. A primeira parte do trabalho tem como objetivo explorar as características que permitiram que a Amazônia se tornasse um entreposto no tráfico de entorpecentes, tanto no âmbito nacional quanto internacional. Nesse sentido, serão destacados fatores como disputas territoriais e questões fronteiriças, uma vez que o território da Amazônia abrange nove países. No que se refere às disputas territoriais, iremos abordar como organizações criminosas como o Primeiro Comando da Capital (PCC) se aproveitam da presença fraca do Estado na região para fortalecer e expandir seus domínios, uma vez que o garimpo ilegal já havia evidenciado a carência de fiscalização naquela área. Após analisar esses fatores, serão exploradas as ações do governo e a política de defesa nacional no que se refere ao narcotráfico na região Amazônica. A partir desse ponto, serão analisadas as formas como o governo tem visto a Amazônia e como essa visão influencia na criação de políticas que visam proteger a floresta.

Ainda, nosso trabalho pretende destacar como a visão sobre a Amazônia no âmbito da defesa foi sendo gradativamente modificada ao longo de diferentes governos. Se antes Estados estrangeiros - ou seja, atores estatais - ocupavam quase totalmente as agendas de defesa e segurança no que se refere à Amazônia, atualmente a floresta se vê ameaçada por atores não estatais, como garimpeiros, madeireiros e organizações criminosas ligadas ao narcotráfico. Por fim, serão analisadas as características da presença do crime organizado na Amazônia e na América Latina. As mudanças que ocorreram na estrutura interna de organizações criminosas como o PCC e como essas mudanças contribuíram para a expansão do narcotráfico são centrais para a análise. Além disso, é importante destacar como as chamadas “ilhas de paz” (Equador, Chile, Costa Rica e o Uruguai) passaram a integrar a rota do tráfico, demonstrando como o narcotráfico vem se colocando acima das limitações das nações.

Essa pesquisa de abordagem qualitativa, adotou como principal estratégia a revisão de literatura que incluiu relatórios de organizações não governamentais, artigos, análise de políticas públicas e dados apresentados em notícias relevantes que permitiram explorar a situação da Amazônia, relacionando a trajetória da principal facção criminosa do Brasil - o Primeiro Comando da Capital (PCC) ao contexto de ampliação de violência na região.

A relevância da pesquisa é demonstrada pela recuperação de elementos relacionados a importância do papel da Amazônia para o clima global, para a preservação da biodiversidade do planeta e do modo de vida da comunidade local, assim como sua importância geopolítica, em especial para o combate de atos criminosos que vem ganhando contornos transnacionais.

A utilização da floresta como espaço logístico para produção e distribuição para o tráfico internacional de drogas será tratada na próxima sessão e buscará demonstrar como a fragilidade da segurança das fronteiras colabora para essa prática, ameaça a vida das populações locais e compromete a defesa nacional dos países envolvidos.

2 Dimensões da Amazônia, relevância geopolítica e narcotráfico

A Amazônia ocupa uma importante posição geopolítica mundial, sendo sempre destacada pelo aspecto da sustentabilidade e pela manutenção do equilíbrio ambiental. Trata-se de um local marcado e visado como de grande interesse e motivo de disputas territorialistas. A partir desse ponto, entende-se que isso ocorre pela região ser uma das mais cruciais globalmente e com uma riqueza inigualável. A floresta tem pontos visivelmente marcantes que a fazem única em relação a qualquer outra. A começar pelo fato de estar distribuída entre nove países, sendo Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru, Guiana Francesa, Equador, Bolívia, Guiana e Suriname, seus respectivos integrantes. Além disso, é a maior floresta tropical existente no planeta, com um clima equatorial, caracterizado por temperaturas elevadas e um grande índice pluviométrico, com uma área de cerca de 6,7 milhões de quilômetros quadrados. Localizada na América do Sul, principalmente em território brasileiro, totaliza 62% de sua ocupação no noroeste do país, que chega a 4,11 milhões de quilômetros quadrados, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em seguida tem seu território em aproximadamente 13% dentro do Peru e com partes menores nos demais países envolvidos.

A floresta fornece um papel vital para a regulação do clima mundial, capturando em grande escala quantidades de carbono e realizando a produção de oxigênio. A sua área é atravessada por milhares de rios, que juntos chegam a cobrir 3,8 milhões de quilômetros quadrados e passam por sete estados dentro do território brasileiro, mostrando dessa forma sua importância também para a população do país. Possui a maior bacia hidrográfica do planeta, que é o grande rio Amazonas com cerca de 6.400 quilômetros de fluxo de água, conecta populações e oferece recursos naturais a elas.

A sua biodiversidade é marcada por uma vegetação extremamente densa, com enormes variedades que são encontradas justamente por conta da umidade trazida pelos índices de pluviosidade. As plantas que vivem nesse território, em grande parte não vivem de nutrientes do solo, pois são de baixa fertilidade, a maioria faz uma reciclagem dos nutrientes, já que vivem apenas sob o solo. Sobre seus animais, são igualmente marcantes, com espécies como o boto-cor-de-rosa, tamanduá, entre outros. O território é importante em um nível que existem integrantes da sua fauna e da flora que são únicos, ou seja, existentes apenas nessa parte do planeta, além de reuniões importantes em níveis globais discutirem sobre o local, como as Conferências das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, conhecidas como COP (COUTO, 2020).

A região é moradia para diversos animais, que segundo o Instituto Sociedade, População e Natureza chegam ao menos a 1.300 aves, 311 mamíferos, 273 répteis, 232 anfíbios e 1800 peixes continentais. Segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) abriga 10% das espécies de primatas do mundo. Essa riqueza é adjunta com os variados tipos de plantas, com ervas, arbustos, trepadeiras, lianas e árvores.

Essas riquezas tanto em questão de animais quanto de plantas incluem espécies fundamentais para a ciência e a medicina, além daquelas que sequer foram descobertas ainda. Dessa forma, fica evidente a importância da Amazônia para preservação da fauna e da flora e para o combate ao aquecimento global. Além disso, não se pode esquecer a riqueza cultural existente na região que abriga aproximadamente 170 povos indígenas em um espaço de 110 milhões de hectares, que segundo dados do IBGE chega a aproximadamente 440 mil indígenas vivendo na Amazônia.

Entretanto, a floresta não é vista apenas com foco na sua diversidade, que além de cuidar e manter a saúde do planeta, é bem lucrativa, contando com seus óleos, minérios, resinas, ervas, frutos e borrachas, mostrando que existem pontos geoestratégicos, por interligar diferentes países e políticos visados nessa área. Logo, é um território disputado por grupos econômicos e pela sociedade civil que acabam entrando em conflito, como madeireiros ilegais, posseiros, pequenos agricultores e povos da floresta. Os principais causadores da violência na região são agentes privados, como agromilícias, fazendeiros e grupos de pistoleiros que agem sob encomenda. A falta de vigilância e de segurança pública afeta a região em todos os sentidos e deixa a população em uma situação de vulnerabilidade. Além disso, faz com que o país passe uma imagem fragilizada aos que têm interesses de se aproveitar das terras e recursos que existem no local (COUTO, 2020).

Segundo Couto (2020), um dos focos com mais importância quando se pensa no território amazônico é o comércio internacional de drogas, principalmente pela sua localização, já que os países fronteiriços citados acima possuem histórico como os maiores produtores mundiais, com ênfase na Colômbia que produz 61% da cocaína global, o Peru que produz 26% e a Bolívia que produz 13%. Relacionando isso ao Brasil, é estimado que o mercado do país seja de 100 toneladas de cocaína por ano.

O Brasil é citado pela Organização das Nações Unidas (ONU), como tendo um combate deficitário em relação aos grupos criminosos em consolidação dentro de terras internacionais, atribuindo como fracassada a política de segurança regional nas fronteiras brasileiras com esses outros países que possuem territórios amazônicos. Essa deficiência facilita o fluxo de pessoas, capitais, bens e mercadorias, além de beneficiar crimes como a biopirataria, trabalho forçado, lavagem de dinheiro e principalmente o narcotráfico, além da organização também afirmar que há crescente uso de meios de transportes, com foco em aeronaves e submarinos, que suportam toneladas da droga, para levar internamente a cocaína. Essa ausência do Estado brasileiro faz com que a Amazônia seja um ambiente propício para a criminalidade, o que causa danos até mesmo para a economia do país.

A Amazônia é uma área de origem da cocaína que é distribuída na Europa, África e para o sul do Brasil, sendo este um problema inserido na Amazônia internacional. As relações são mantidas entre organizações criminosas e são fluxos necessários para sustentar a flexibilização do tráfico da coca. É importante citar também que esse mercado vem crescendo, em 2022, conforme o novo relatório da Organização das Nações Unidas, teve o aumento de mercado em 35%, onde uma das razões inclui inovações tanto no cultivo quanto na produção da cocaína. Com tudo isso, a ONU alerta para necessária atenção quanto à expansão do Primeiro Comando da Capital (PCC), citada como a organização líder dentro do mercado do tráfico internacional a partir da região (COUTO, 2020).

Segundo a United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC), no ano de 2014, o Brasil viveu um aumento de consumo de cocaína que favorece a localização geográfica e aumenta a participação da população com as organizações criminosas existentes, como o Comando Vermelho (CV) ou a organização já citada, Primeiro Comando da Capital (PCC). Essas organizações funcionam como empresas multinacionais do tráfico de drogas com estruturas consolidadas. Entre 2014 e 2021 a produção de cocaína saltou de mil toneladas, para mais de duas mil toneladas e atualmente seus avanços estão mais acelerados. Esse número, pós-pandemia, são como recordes históricos de produção, uma demanda nunca vista

antes. A maior preocupação a partir dessas informações, são sobre a segurança e a saúde pública do mundo afora (COUTO, 2020).

Nesta primeira parte do texto, procurou-se enfatizar que a Amazônia como um todo é uma fonte primária de cocaína que fortalece uma série de países em três continentes diferentes, sendo eles América do Sul, Europa e África, principalmente. Trata-se de um grande corredor de cocaína que passa pelo Brasil, Suriname, Guiana e outros países andinos, que formam linhas vermelhas ao longo dos países que possuem uma política de defesa nacional com falhas, e acabam beneficiando o tráfico. Ou seja, a facilitação ocorre pela fragilidade da segurança em junção com a situação de pobreza da população que vive nessas regiões e que visivelmente não possui meios para se defender, é uma ameaça aos governos envolvidos e controlado pelos principais interesses do circuito de distribuição espacial.

3 A Defesa Nacional e ações do governo

O Estado brasileiro caracteriza a Amazônia como uma de suas grandes preocupações acerca de sua soberania territorial e dos recursos naturais, visto a sua magnitude enquanto floresta, volumosa enquanto *locus* de biodiversidade e ativos dos mais diversos, como madeira, ouro e fontes de farmacológicos. Isso é perceptível quando se observa as diversas páginas no Livro Branco de Defesa Nacional (BRASIL, 2020) destinadas à Amazônia, seja nas iniciativas voltadas à defesa territorial, monitoramento, combate às transgressões ambientais e territoriais - aqui entra o narcotráfico mais fortemente - ou iniciativas de conservação ambiental.

Contudo, é importante salientar o valor estratégico que a floresta possui para diversos atores não estatais, tais como: interesses diretos na sua exploração, conservação e preservação ou na combinação destes dois interesses. Bertha K. Becker (2014) resume esses grupos em Vetor Tecnoindustrial (VTI) e o Vetor Tecnoecológico (VTE). O primeiro abarca uma série de atores do poder privado voltados para exploração pela integração, interessante para as forças armadas, que visa o uso da floresta para obtenção de recursos, criando espaços de desenvolvimento tecnológico e científico em geral com destaque para indústria farmacêutica. Já o segundo envolve os interesses de setores da sociedade civil que lutam pela preservação do ambiente natural ali existente, entendendo o mesmo como um estoque de vida e reserva de valor.

A função do governo brasileiro nos últimos tempos é funcionar a partir do terceiro interesse citado, quanto a “unir e balancear os interesses exploratórios/integratórios com a preservação da biodiversidade Amazônica”. As linhas que se seguem serão direcionadas a uma análise acerca do como o governo vê a Amazônia, cria objetivos para ela e combate o que entende como riscos para a maior floresta tropical do mundo.

A Amazônia já vem sendo uma preocupação para o Estado Brasileiro desde a Proclamação da República, sobretudo, no que diz respeito ao problema da integração e união interna da nação e às disputas fronteiriças, aparentemente, resolvidas pelo Barão de Rio Branco, mas que se desdobraram por todo o século XX enquanto tema militarizado, o que explica o protagonismo militar quando se fala em ações de Estado na região.

O período do regime militar de 1964 a 1985 foi um ponto de inflexão interessante devido aos esforços da ditadura em investir na região, seja na criação da inacabada TransAmazônica, seja pelo período do surto minerador em Serra Pelada. A militarização da Amazônia foi fruto do *zeitgeist* (espírito do tempo) que imperava: A Guerra Fria. O impulsionamento de ações beligerantes contra possíveis insurreições de cunho socialista e a desconfiança dos demais regimes vizinhos ditou o que o governo fazia com relação à maior fronteira do Brasil.

Com o fim da polarização no início dos anos de 1990, o Brasil se viu na nova ordem internacional. Diversos pólos de poder (incluindo os não estatais) surgindo e novas questões além das beligerantes mostrando sua força, com pautas como as do meio ambiente, sociedade, tecnologia e o próprio crime organizado internacional.

Em seu trabalho junto ao Grupo de Estudos em Segurança Internacional na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Gabriella Sommer Vaz e co-autores desenvolveram um interessante estudo chamado “O Brasil frente às Novas Ameaças: medidas de combate ao narcotráfico na fronteira Amazônica” (VAZ et al, 2016) em que já era citado o papel das FARC na região de fronteira para instigar o governo brasileiro a estruturar uma Política Nacional de Defesa (1996; 2005) que se direcionasse não somente para o papel tradicional da defesa de se planejar contra as ações de atores estatais, mas também para atores não estatais com poder de relativizar as fronteiras do crime organizado, espalhando sua rede por duas ou mais entidades estatais.

A partir de então, adentrando o novo milênio, um novo alinhamento ideológico do governo brasileiro alterou a visão do Estado brasileiro com relação à Amazônia dando maior ênfase aos interesses de atores internacionais, ao patrimônio nacional que representa esse

bioma brasileiro, dando um enfoque não exclusivamente para as nações, mas incluindo outros atores, como empresas transnacionais, ONGs, diversas associações civis e o próprio crime organizado (nacional e internacional). Isso redimensionou as ações do governo com relação a essa parte do país.

Nesse contexto, cronologicamente, a Lei 9.614 de 2018, ou lei ‘Tiro de Destruição’ e o Plano Colômbia, no bojo da Política Nacional de defesa de 1996 se configuram como pioneiros no sentido de fiscalização e dissuasão dos elementos narcotraficantes, impulsionados principalmente pelas FARC como destacado por Vaz et al. (2016), a fim de proteger a região, historicamente deficiente de presença estatal, contra esses contraventores. Naquele momento a preocupação era atender a pressão militar por mais autonomia e recursos para combater essa nova questão que vinha afetando exponencialmente a região, até chegar nos dias de hoje, conforme tratado mais adiante.

Posteriormente a este cenário, viriam as questões ambientais e foi aderida a temática. Nos últimos 20 anos viu-se que os crimes ambientais como mineração ilegal, desmatamento e grilagem foram se interconectando com os traficantes de drogas, fazendo uso da mata virgem, pouco povoada e por consequência pouco vista pelo Estado para complexificar a rede de crime na região. Nesse sentido as políticas públicas e os planejamentos foram vislumbrando essas conexões, mesmo que ainda sem tração o suficiente para gerar resultados concretos no combate ao narcotráfico na floresta Amazônica.

A Política de Defesa Nacional (PDN) (Brasil, 2005) foi uma atualização da PDN de 1996, mais alinhada às visões do governo que assumiu em 2002 e que previa uma cena de combate ao crime organizado alinhado com a agenda ambiental de prevenção aos crimes contra este. Nesse ensejo a Operação Ágata se destacou no período, levando em sua primeira edição um efetivo nunca visto em operações militares (50 mil homens) que visavam monitorar toda a faixa de fronteira da nação. A operação, contudo, não logrou grandes apreensões de drogas ao longo de suas edições, que ocorrem desde 2011, muito devido a suas execuções serem previamente agendadas e divulgadas (VAZ ET AL, 2016).

É válido destacar que essas operações militares ainda se orientam pelo princípio da resolução pacífica de controvérsia entre os Estados que é gestado na região da fronteira norte desde os tempos do Barão do Rio Branco. A atitude brasileira tem sido voltada, nessa parte do país, em investir na multiplicação de acordos entre os vizinhos da América do Sul a fim de cooperar na defesa da Amazônia, no movimento do Pan Amazonismo.

A demanda da digitalização trouxe oportunidades interessantes para a defesa nacional. Nesse bojo, o Presidente da República lançou em 2008 a Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2008) que elencou mais de oitocentos projetos voltados para inovação na defesa, destacando-se aqui o Sistema de Monitoramento de Fronteiras (SisFron) que vem desde a década passada auxiliando os contingentes militares a aprimorarem a defesa na faixa de fronteira, o que inclui principalmente a área Amazônica.

Os esforços do governo de estruturar a defesa chegou em outro patamar a partir do lançamento do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), uma publicação bem completa com relação a dados relacionados à atuação das forças armadas e de disponibilização de informação acerca do território. O LBDN preencheu uma lacuna com relação ao acesso ao conhecimento acerca de regiões com menor presença estatal tal como é o norte brasileiro, além de reforçar os objetivos nacionais na questão da defesa da Amazônia verde e da azul (faixa marítima do Brasil).

Porém, por mais que haja efetivo esforço conceitual e político em planejar a defesa da região, como ditam a teoria de segurança de Barry Buzan¹, há uma clara defasagem Estatal na atuação de defesa da região, faltando espaço para colaboração com autoridades locais (Estatais e Indígenas) e integração em suas ações de fiscalização e punição dos infratores ambientais e narcotraficantes como relata a jornalista da Agência Pública em sua reportagem acerca do narcotráfico na floresta para o podcast *Amazônia sem lei* (AGÊNCIA PÚBLICA, 2022).

Em uma perspectiva multilateral, o Brasil fez diversos esforços junto aos seus vizinhos ao longo dos anos. Com a Colômbia, principal ponto de partida dos narcotraficantes como mencionado acima, houve larga colaboração militar como as operações COLBRA IV, segundo VAZ et al, (2016). Em 2015, de acordo com a Força Aérea Brasileira (FAB), foram desenvolvidos exercícios militares em conjunto com a Colômbia, como é o caso da Operação COLBRA IV, a qual buscou treinar a proteção do espaço aéreo mútuo (região da fronteira), simulando voos irregulares, treinando assim formas de detecção, interceptação e procedimentos de ação de defesa área.

Além disso, a atuação protagonista do Brasil junto aos países sul-americanos foi muito desenvolvida na iniciativa UNASUL (União dos países Sul-Americanos) que, dentre os vários objetivos integracionistas, a defesa mútua era item principal a partir das recomendações do

¹ Barry Buzan é um especialista na área de segurança internacional. Sua contribuição foi o desenvolvimento do conceito de "segurança social" em 1990 e que determina a capacidade de uma sociedade manter seu caráter essencial mesmo em condições de ameaças ou mudanças.

Conselho de Defesa e Sobre o Problema Mundial das Drogas que reforçou o quão transfronteiriça é a problemática do narcotráfico no continente.

É válido destacar também que a afabilidade dos países sul-americanos é muita das vezes dependente das orientações ideológicas de seus dirigentes, mudando em certas ocasiões devido a guinadas na presidência desses países a regimes de direita, menos propensos ao regionalismo sul-americano (ONUQUI e DE OLIVEIRA 2006). Sendo assim, as iniciativas regionais de combate ao narcotráfico foram se esvaziando nos últimos dez anos, diante da chamada ‘onda rosa’ que foi o enfraquecimento da esquerda desde 2016 com a queda do governo petista no Brasil, a eleição do Governo Macri na Argentina e outros exemplos.

Nesse sentido, os anos que, para efeitos desse estudo, localizaremos entre 2016 e 2022, registram o esfacelamento das iniciativas interligadas de combate. Pensando na estratégia do principal ator, o Brasil notadamente viu o esvaziamento de investimento de órgãos fiscalizadores importantes como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que, diga-se de passagem, performaram junto às forças de segurança e defesa um importante trabalho no combate ao narco desmatamento (UNODC, 2023). O que se observa nesse período é o retrocesso da atuação estatal na região e a intensificação e complexificação do crime organizado na zona de fronteira Amazônica.

O relatório da UNODC foi especialmente direcionado a essa temática visando explicar como essa dinâmica se deu nos últimos anos. Os dados consolidados demonstram que a atividade de produção de narcóticos na floresta em si não gera desmatamento direto, sendo até mesmo ponto de maior preservação, visto que a densidade florestal ajuda a camuflar as operações dos traficantes (UNODC, 2023). Contudo, ficou claro para os pesquisadores que ao longo dos últimos anos os lucros advindos da lavagem de dinheiro do tráfico fomentaram a grilagem de terra na Amazônia, bem como mineração ilegal e outros prejuízos para o meio ambiente e a sociedade local.

Dessa forma, a eleição para um terceiro mandato de Lula em 2022 e sua posse em 2023 trouxeram uma nova gama de possibilidades que podem iniciar uma reconstrução da estrutura colaborativa entre os vizinhos sul-americanos e a estrutura interna de fiscalização e investimento em sustentabilidade, como demonstram as iniciativas do Nova Política Industrial (NPI) e do Novo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

Tanto a NPI, quanto o PAC desenvolvem em seu planejamento eixos de sustentabilidade. A NPI dispõe de seis missões, incluindo a bioeconomia, a descarbonização e transição e segurança energética e a defesa (BRASIL, 2024). A primeira pode auxiliar em

investimentos em energias renováveis que podem servir como exemplo em questão de manejo sustentável dentro da própria região da Amazônia e a segunda na efetiva inovação e ampliação na defesa da floresta e no combate ao narcotráfico.

O PAC nesse sentido é muito semelhante, tratando de investimentos em infraestrutura e transição energética. Contudo, não detalha as propostas voltadas para isso na região Amazônica, um local que historicamente tem conflitos com a pauta ambiental e que poderia ser mais destacado na política, demonstrando o interesse por um dos recursos mais relevantes no país.

Em contrapartida há uma iniciativa do governo voltado para monitoramento aprimorado da fronteira Amazônica e da floresta como um todo que designa um esforço focalizado nessa problemática. A cooperação China e Brasil com satélites, que tem mais de trinta anos, disponibiliza o CBERS, que em inglês significa Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres, lançado em 2003 (OLIVEIRA, 2004).

Em acordo realizado na viagem de Lula à China em 2023, os dois países irão contribuir com 245 milhões de reais no lançamento da sexta versão do satélite. Hoje dois equipamentos operam monitorando o território com a limitação de câmeras, assim a nova empreitada sino-brasileira visa inserir em vez de câmeras um radar que eliminará vulnerabilidades como nuvens que impactam a visão dos locais monitorados.

Dessa forma, pode-se perceber uma atuação ainda lenta do governo atual com relação ao problema Amazônico. Casos especiais como a designação de missões militares na região para combater o garimpo ilegal e as iniciativas citadas ainda carecem de execução e evidências de resultados reais. Os principais obstáculos identificados estão na reestruturação de órgãos como IBAMA, ICMBio e a efetiva punição dos financiadores do narcotráfico e das demais causas de degradação da floresta.

4 Caracterização da presença do crime organizado na Amazônia e o narcotráfico na América Latina

A América Latina, apesar de ser uma região conhecida pela ausência de guerra entre os países membros, não é totalmente pacífica considerando a forte presença do crime organizado. Sendo o crime organizado e a Amazônia o foco de nossa pesquisa, concentramos a análise na maior facção do Brasil, o Primeiro Comando da Capital (PCC), explorando seu desenvolvimento, mudanças, e considerando também o descontrole no território que resulta no domínio do crime na floresta.

O PCC é atualmente a maior e mais forte facção do Brasil constituindo-se em uma organização criminosa com atuação internacional, hegemônica no estado mais desenvolvido do Brasil, São Paulo. Segundo o texto de Marília Furukawa (2021), “Primeiro Comando da Capital (PCC): uma análise sobre a estrutura e o discurso da organização”, nota-se que o PCC surgiu em 1993, um ano após o Massacre de Carandiru. A facção surgiu em tom de revolta ao mobilizar presidiários em torno de um discurso contra desigualdades sociais², que inclusive é uma das causas do aumento da criminalidade. A autora destaca como essa influência do massacre resultou na intensificação desse discurso e de um modo mais violento de agir (FURUKAWA, 2021). O PCC é, em primeiro lugar, uma prova clara de que a desigualdade social é um dos vetores da criminalidade, uma vez que indivíduos vivem com baixíssima qualidade, sem expectativa no futuro e abandonados pelo Estado. Esses indivíduos acabam sendo cooptados pelo crime, a partir de um discurso contrário a um sistema que produz as desigualdades que sentem na prática. Essa formação de grupos se tornou sólida e baseada em um conjunto de valores defendidos e que justificam a adoção de violência ainda maior em sua atuação de acordo com a forma com que as instituições respondem a eles.

Se tratando dessa formação de valores, é interessante notar que o PCC não realiza de fato nenhuma inovação nas regras do crime enquanto se expande. Segundo Furukawa, a facção na realidade exerce o trabalho de organizar e institucionalizar essas regras, expandindo-se pelas periferias de São Paulo ao longo dos anos 1990 e início dos anos 2000. A autora ressalta que ao longo do tempo, o PCC passa por uma desvinculação dos princípios que diziam defender, em especial, quanto a distinção de poder formal para tomar decisões e distribuir as responsabilidades, fazendo surgir um sistema de hierarquia em benefício de poucos.

Furukawa expõe que esse processo, em que a identidade da facção passou por reformulações, ocorreu devido a uma ruptura entre as lideranças, em que de um lado ficou o Geleirão que se inspirava em Pablo Escobar, ex-chefe do cartel de Medellín, e defendia a imposição do terror e da brutalidade para impor medo e exercer o domínio e do outro lado o Marcola que defendia um comportamento mais discreto, cuidadoso e estratégico para que a facção conseguisse maior sobrevivência. Marcola foi o grande vencedor da disputa por poder,

² A desigualdade social é um termo sociológico e econômico que se refere à diferença entre as classes sociais. Foi profundamente debatida por Karl Marx, Max Weber e outros pensadores. Para efeito desse estudo, a expressão ‘desigualdade social’ está relacionada aos aspectos socioeconômicos e significa que membros de uma mesma sociedade possuem quantias diferentes de riqueza, prestígio ou poder. O oposto disto seria uma sociedade igualitária em que os membros dessa sociedade teriam as mesmas oportunidades, vivem livres de qualquer discriminação e não há uma posição de poder em relação umas as outras.

contudo, ele próprio não se apresentava como líder por não acreditar na ideia de uma hierarquia no PCC.

Marcola conquistou o fortalecimento de sua imagem por rejeitar a ideia de liderança, contudo Furukawa (2021) aponta que sem um líder, o PCC passou a funcionar com estruturas agindo como departamentos. Nesse ambiente, sem uma chefia geral, uma disputa de poder resulta no assassinato de Misael. Esse personagem representava o aspecto mais político e era voltado para o discurso de defesa dos direitos e de justiça social. Depois, o contato com outros criminosos, facilitado pela falha que foi a transferência de membros do PCC para outros estados e que visava enfraquecer a organização, auxiliou na aproximação com presos de outras facções, permitindo aumentar sua popularidade, expandir sua ideologia e seu aspecto empresarial.

A consolidação do PCC, portanto, foi acompanhada de um forte rompimento com os princípios presentes no discurso defendido para sua criação, adotando-se um caráter próximo da estrutura de um negócio, que é algo que vai em direção oposta aos valores que a facção dizia combater, como é o caso da existência de “diretor executivo”, que toma as decisões centrais e obtém maior parte do lucro dos negócios, enquanto “seus funcionários” seguem as ordens e recebem uma parcela minúscula do ganho total da facção. Além do rompimento com a ideia de uma facção livre de hierarquias e que lutaria contra a opressão do sistema, a demanda por paz também perdeu seu sentido quando a própria organização criminosa passa a executar atos extremamente violentos resultantes de interferências em sua rede, a exemplo do ‘salve de 2006’ que, segundo Acayaba, como reação à transferência de presidiários, com ataques da facção que resultaram, junto com a reação da polícia, em cerca de 200 a 600 mortos (ACAYABA, et. al., 2016).

A atuação do PCC e a mudança que o fez se tornar um negócio levanta a reflexão sobre as características do crime organizado dentro da América Latina. Em primeira análise, é interessante buscar seu funcionamento em suas características. As maiores mudanças pelas quais estão passando são inseridas na forma que atuam dentro dessas regiões, nos tipos de negócios que as facções lidam, a composição dos grupos que está em constante troca, a atuação intensa e ao mesmo tempo anônima de muitos líderes, sendo esse anonimato a melhor forma que possuem de se protegerem (até por isso muitos buscam uma atuação cautelosa e discreta, a exemplo do Marcola), e a amplitude dos territórios que eles conseguem atingir e utilizar para o comércio.

Um dos pontos mais marcantes do narcotráfico dentro da América Latina é a formação por diversos grupos que possuem alianças que atravessam vários países, um exemplo disso seria o Comando Vermelho Rogério Lemgruber (CV), fundado em Angra dos Reis, na década de 1970, no estado do Rio de Janeiro, tempo depois com ramificações em outros estados, além de ser uma organização que também atua em outros locais como a Bolívia, Peru, Venezuela, Paraguai e Colômbia. Com base no relatório da Organização das Nações Unidas, esses grupos criminosos não estão buscando assumir controle territorial, na verdade o intuito deles seria conectar as linhas de abastecimento.

Atualmente, os avanços das organizações criminosas na região Amazônica “estão presentes em todas as estratégias que os atores desencadeiam para dominar as superfícies e os pontos por meio da gestão e do controle das distâncias” (RAFFESTIN, 1993, p. 200). O destino da maior parte da droga é a Europa, onde tem ocorrido um aumento significativo do consumo, principalmente em países como Espanha, Inglaterra e Bélgica, além do fato dos lucros no continente serem maiores do que nos demais.

O aumento desses avanços é em uma escala tão grande que as chamadas “ilhas de paz” estão basicamente escassas, exemplo disso são países como Equador, Chile, Costa Rica e o Uruguai, que deixaram de ser locais para o trânsito das drogas e se tornaram centros de distribuição e/ou de armazenamento. Isso, logicamente, aumentou também o nível de insegurança dentro desses Estados. Nota-se, portanto, que o narcotráfico ao longo do tempo, em um contexto que visa a sua expansão, está sendo colocado acima das limitações das nações, fazendo uma integração de mercados dentro da economia do crime, de modo que a prática do narcotráfico seja uma atividade altamente lucrativa.

É importante ressaltar que a droga mais produzida dentro desses países é a cocaína, produzida em uma escala que abastece basicamente todo o planeta. Depois de totalmente produzida, para facilitar o processo da distribuição, são efetuadas diferentes rotas para o produto. Como a floresta Amazônica não possui todas as suas fronteiras vigiadas e seguras, é a forma mais prática e sem impedimentos de movimentação até chegar nos aeroportos clandestinos e suas pistas de pouso.

Esse fluxo está sendo cada vez mais aprimorado, buscando-se locais onde há o menor policiamento possível e os estados mais fragilizados, podendo ser citada a mudança da rota para o Caribe, saindo da costa colombiana, onde estão reforçando a segurança. Outras rotas utilizadas com constância são as vias fluviais entre o Brasil, Argentina e o Paraguai que é responsável por intermediar a cocaína que chega da Bolívia, além de ser o maior produtor de

maconha dos países sul-americanos. No fim disso, chegam nas mãos dos traficantes de cada região que realizam as distribuições em suas próprias áreas. Uma parte da renda obtida volta para a continuidade do tráfico, rendendo mais, enquanto outra parte beneficia atividades também ilegais como a prostituição, tráfico de armas e a corrupção.

Segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), em 2023, a América Latina representa 29% das mortes violentas intencionais do planeta, mesmo possuindo apenas 8% da população global. Esse volume de mortes trágicas está ligado às gangues e às facções que vivem de atividades ilegais. Vale ressaltar a presença do garimpo ilegal, que, segundo Pedro Luiz Côrtes, titular da Escola de Comunicações e Artes e do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo, estabelecem milícias fortemente armadas para controlar o território em que atuam, exercendo domínio armado no local, promovendo o desmatamento, poluindo os rios com o uso excessivo de mercúrio, impedindo a chegada de medicamentos e de equipes médicas.

Para além do mencionado por Pedro Luiz, o impacto ambiental e humanitário causado por esses grupos ressoa no cenário internacional, desgastando também a imagem brasileira principalmente quando se considera a sua política externa como possibilidade de transformar o país em potência ambiental. A presença dessas milícias, e isso se torna claro com o caso da morte de Bruno Pereira e Dom Phillips³, reforça a falta de controle territorial, e prova a intensidade com que o crime a explora.

Tendo feito a exposição sobre a maior facção do Brasil, o PCC, destacando a forma com que a desigualdade foi utilizada como justificativa para sua criação após o massacre do Carandiru, e por fim a forma com que o crime organizado na América Latina explora o baixo controle de fronteiras, nota-se a importância de um direcionamento dos esforços no controle fronteiriço, que é uma das missões mais difíceis se tratando de um território vasto e de difícil exploração como a floresta Amazônica. O abandono do Estado no cumprimento dessa fiscalização e controle beneficia o crime organizado e impacta nas questões ambientais e humanitárias, prejudicando a imagem do Brasil quanto a ser um país capaz de cuidar dessa grande riqueza natural da Terra que é a Amazônia.

³ O indigenista brasileiro Bruno Pereira e o jornalista britânico Dom Phillips foram assassinados em 5 de junho de 2022, em uma emboscada no Vale do Javari, no Amazonas. O crime gerou repercussão na imprensa internacional e críticas ao governo brasileiro. A Polícia Federal apontou Ruben Dario da Silva Villar, o Colômbia, como mandante e mentor intelectual do crime.

5 Conclusão

A proteção da Amazônia é fundamental para o equilíbrio do planeta, devido sua biodiversidade, e seu papel na regulação do clima global. Esses aspectos, por si, justificam ações preventivas visando conter a exploração ilegal dos recursos naturais que degradam o ecossistema da floresta. Para além desse aspecto, o combate a crimes que vem se intensificando na região ameaçam o modo de vida das comunidades locais que dependem da floresta para sua subsistência e a soberania dos países que têm a floresta como parte do seu território.

O Brasil, como país que concentra a maior parte da floresta, desenvolveu um conjunto de leis robustas, como o Código Florestal, as unidades de conservação e uma estrutura de fiscalização e combate aos crimes ambientais com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Força Nacional de Segurança Pública. Analisamos essas medidas anteriores e também as mais recentes como o Livro Branco de Defesa Nacional (2020) que reafirma a importância da presença do Estado na Amazônia, a necessária integração de esforços do governo, comunidades locais, sociedade civil, incluindo o setor privado para promover a proteção ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais, assim como a cooperação internacional como um aspecto fundamental para enfrentar desafios transnacionais, como o tráfico de drogas e a exploração ilegal de recursos.

A colaboração entre países vizinhos é crucial para enfrentar esses desafios, pois muitas atividades criminosas ocorrem ao longo das fronteiras. A cooperação internacional pode facilitar a troca de informações e recursos, permitindo um combate mais eficaz ao crime organizado e à proteção da Amazônia. A preservação da região é um compromisso global que exige esforços conjuntos para garantir um futuro sustentável para todos.

Por fim, analisamos o avanço do crime organizado na região da Amazônia que se deu a partir da convergência de diversos fatores, que incluem desde características da própria floresta, bem como uma maior organização por parte dos grupos criminosos, além de uma inconstância nas políticas voltadas para defesa e segurança da região. No que se refere às características da floresta, é válido lembrar que a floresta Amazônica abrange nove países distintos, sendo coberta por uma vegetação bem densa e com extensa vida selvagem. Tais características dificultam a fiscalização do território, o que facilita a proliferação de atividades ilegais como o garimpo e o narcotráfico. Assim sendo, a ausência do Estado na região, a dificuldade de fiscalização e o acesso à fronteira com países vizinhos, fez com que a

Amazônia se tornasse entreposto do tráfico de drogas na região norte da América do Sul. No que se refere à organização de grupos criminosos, destacamos o caso do PCC, que utiliza a Amazônia como um ponto estratégico para expansão de seus negócios.

Nas políticas de defesa e segurança na região Amazônica adotadas entre os anos de 2003 e 2016, o governo buscou uma maior integração em suas ações de fiscalização, que visava punir tanto infratores ambientais quanto narcotraficantes. Entretanto, a partir de 2016 essa política foi abandonada, o que contribuiu para o fortalecimento do narcotráfico e de outras atividades ilegais na região. Somente em 2022, com a terceira eleição do presidente Lula é que a política de fiscalização na região voltou a ocupar lugar de destaque. Nesse sentido, faz-se necessário tornar as ações de fiscalização e combate ao narcotráfico na área uma política de Estado e não uma ação de governo.

Referências

ACAYABA, Cíntia *et al.* GLOBO. Há dez anos, São Paulo parou durante série de ataques contra policiais e civis. Portal G1. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/05/ha-dez-anos-sao-paulo-parou-durante-serie-de-ataques-contr-policiais-e-civis.html>. Acesso em: 30 mar. 2024.

AGÊNCIA PÚBLICA. 2021. Podcast. Episódio 1. Do tráfico ao prato. [Locução de Ricardo Terto e Clarissa Levi] 25 de junho de 2021. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/0FfzxAKYMNz550dLnP9KUY?si=zwRvF1iySCSgRYsp7caeeQ>. Acesso em: 26 mar. 2024.

AMORIM, Lucas. Produção de cocaína cresce 35% no ano e bate recorde — a droga chega até por correspondência. Disponível em: <https://exame.com/mundo/producao-de-cocaina-cresce-35-no-ano-e-bate-recorde-droga-chega-ate-por-correspondencia/>. Acesso em: 18 set. 2024.

BECKER, Bertha K. A Amazônia como um território estratégico e os desafios às políticas públicas. In: SIFFERT FILHO, Nelson Fontes et al. Um olhar territorial para o desenvolvimento: Amazônia. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014. p. 396-401.

BRASIL. Política de Defesa Nacional (2005). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/decreto/d5484.htm. Acesso em: 25 mar. 2024.

_____. Estratégia Nacional de Defesa. Decreto n. 6.703 de 18 de dezembro de 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6703.htm#:~:text=Fortalecer%20tr%C3%AAs%20setores%20de%20import%C3%A2ncia,o%20civil%20e%20o%20militar. Acesso em: 26 mar. 2024.

_____. Ministério da Defesa. Livro Branco de Defesa Nacional. 1 ed. Brasília, 2020.
 MINISTÉRIO DA DEFESA. Operação Ágata. Gov.br. Brasília, 2014. Disponível em:
<https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/exercicios-e-operacoes/operacoes-conjuntas/operacao-agata-1>. Acesso em: 26 mar. 2024.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Plano de ação da Nova Política Industrial 2024-2026. Disponível em:
<https://www.gov.br/mdic/pt-br/composicao/se/cndi>
 Acesso em: 27 mar. 2024.

_____. Brasil ganha nova política industrial com metas e ações para o desenvolvimento até 2033. Gov.br. Brasília, 2024. Disponível em:
<https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/brasil-ganha-nova-politica-industrial-com-metas-e-acoes-para-o-desenvolvimento-ate-2033>. Acesso em: 26 mar. 2024.

_____. Conheça o Novo PAC. Gov.br. Brasília, 2023. Disponível em:
<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/novopac/conheca-o-plano>. Acesso em: 26 mar. 2024.

CÔRTEZ, Pedro Luiz. Jornal da Universidade de São Paulo (USP). Garimpo ilegal na Amazônia bloqueava suprimentos e equipes médicas. 2023. Disponível em:
<https://jornal.usp.br/atualidades/garimpo-ilegal-na-amazonia-alem-do-meio-ambiente-bloqueava-suprimentos-e-equipes-medicas/> Acesso em: 30 mar. 2024.

COUTO, Aiala Colares. Ameaça e caráter transnacional do narcotráfico na Amazônia brasileira. Confins, 44 números 44, 2020. Disponível em:
<http://journals.openedition.org/confins/25852>. Acesso em: 18 set. 2024.

_____. Boletim de Análise Político-Institucional. Relações Transfronteiriças do Narcotráfico na Amazônia: dos crimes conexos aos desafios da segurança regional. Jan 2024.

_____. Relações Transfronteiriças do Narcotráfico na Amazônia: dos crimes conexos aos desafios da segurança regional. 1 ed. Pará: UFPA, 2024.

FREITAS, Eduardo. UOL. Narcotráfico na América do Sul. Disponível em:
<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/narcotrafico-na-america-sul.htm>. Acesso em: 30 mar. 2024.

FURUKAWA, Marília. Primeiro Comando da Capital (PCC): Uma análise sobre a estrutura e o discurso da organização. São Paulo, 2021.

LUCAS, Altino. Expansão de facções de tráfico de drogas na Amazônia é um 'perigo em ascensão para a maior floresta tropical do mundo', alerta ONU. O Globo. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em:
<https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/06/expansao-de-faccoes-de-traffic-de-drogas-na-amazonia-e-um-perigo-em-ascensao-para-a-maior-floresta-tropical-do-mundo-alerta-onu.ghtml>. Acesso em: 26 mar. 2024.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica. Rotas de Interesse. Revista Brasileira de Política Interna. 2004. vol. 47(1):7–30. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292004000100002>. Acesso em: 02 nov. 2024.

ONUKEI, Janina; DE OLIVEIRA, Amâncio Jorge. Eleições, política externa e integração regional. Revista de Sociologia e Política, Paraná, 17 05 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/STZJNGjrr5MFRSpn89Wsdv/?lang=pt#>. Acesso em: 26 mar. 2024.

PAÚL, Fernanda. BBC. 4 mudanças do crime organizado na América Latina que dificultam o combate de gangues e facções. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cjk6kl71n1eo> Acesso em: 30 mar. 2024

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Paris, 1980.

RIBEIRO, Renato. Governo investirá R\$ 3 milhões para combater narcotráfico na Amazônia. Rádio Agência. Brasília, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/seguranca/audio/2023-06/governo-inv-estira-r-3-milhoes-para-combater-narcotrafico-na-amazonia>. Acesso em: 26 mar. 2024.

SANTANA, Bethânia Silva. SISFRON – Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras: A Defesa Nacional em Rede. Trabalho de Conclusão de Curso. Orientador: Prof. Dr. José Sérgio Saraiva. Faculdade de Direito de Franca. Minas Gerais. 2016. 12p.

SILVA SANTANA, Bethânia *et al.* SISFRON – Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras: A Defesa Nacional em Rede. Minas Gerais, v. 1, f. 6, 2016.

UNODC. The drugs-crime Nexus in the Amazon basin: How a complex crime ecosystem is endangering the world's largest rainforest and imperilling efforts to combat climate change. 1 ed. Bruxelas: UNODC, v. 1, 2023.

VAZ, Gabriella S. *et al.* O Brasil frente às Novas Ameaças: medidas de combate ao narcotráfico na fronteira Amazônica. 1 ed. Santa Catarina: UFSC, 2016.

Recebido em 26 de setembro de 2024.

Aceito para publicação em 24 de outubro de 2024.